

passou a pensar as diretrizes de educação de forma orgânica.

A relação público e privado

Em relação à composição, os mesmos conselhos têm em comum a presença marcante de membros vinculados à educação privada. No CME de São Paulo, 39% dos conselheiros, entre titulares e suplentes, guardam estreita relação com o ensino superior privado. Um dos membros, representando 6% do Conselho, atua nos dois – público e privado. No CEE de São Paulo 48% dos membros são vinculados ao ensino privado, enquanto 3% têm relação com os dois setores e 10% não possuem ligação direta com Educação.

Para comparar, conselheiros organicamente vinculados a instituições estatais de Ensino Superior correspondem a 16% das vagas no Conselho Municipal, e 21% no Conselho Estadual.

Mais crítico que a sub-representação do ensino superior estatal é a sub-representação da educação básica pública. No Conselho Municipal, 28% dos componentes guardam relação com essa esfera da educação. No Conselho Estadual, 10% dos componentes (3 dos 29 membros, dos quais apenas 1 é titular) são vinculados ao ensino básico público. Por sua vez, conselheiros ligados ao setor particular da educação básica correspondem a 14% das cadeiras disponíveis no CEE.

No Conselho Nacional de Educação os representantes titulares ligados à educação pública ocupam 75% das vagas, sendo 46% vinculados a instituições de Ensino Superior, 17% à educação básica e 12,5% aos dois níveis. Ainda assim, verifica-se forte presença do setor privado, sobretudo no que se refere ao Ensino Superior – 25%.

Pessoas públicas privadas

Embora exerçam mandatos públicos, a falta de informação sobre sua existência – que inviabiliza o monitoramento sobre sua atuação – torna os membros dos conselhos pessoas públicas privadas: ninguém sabe quem são.

No CME de São Paulo, figura na presidência o Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Cidade de São Paulo - Unicid, João Gualberto de Carvalho Meneses, que ingressou no órgão em 1992. Foi presidente da União Paulista de Conselhos Municipais e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. Em 1998 foi nomeado Secretário Municipal de Educação, pelo prefeito Celso Pitta (PPB, atual PP). Depois de sua gestão, que ficou marcada pela construção das “escolas de lata”, atuou no Conselho Estadual de Educação.

Na Câmara de Educação Superior do CEE de São Paulo, a presidência é ocupada por Francisco José Carbonari, diretor e docente da Faculdade de Educação Padre Anchieta (privada), de Jundiaí. Participou de diversos conselhos em seu município e chegou a ser Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Jundiaí, na gestão de Miguel Haddad (PSDB).

O CNE é presidido por Edson Pereira Nunes, professor e Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes (privada). E a Câmara de Educação Superior é presidida pelo professor e ex-reitor da PUC-SP, Antônio Carlos Ronca. A Câmara de Educação Básica é a que tem a presidência mais “política” do CNE, Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, que é filiada ao PT e já tentou ser senadora do Estado de Goiás em 2002. Foi professora e diretora no sistema público de ensino de seu Estado. Atualmente a conselheira e presidente da Câmara de Educação Básica é professora titular da Universidade Católica de Goiás (privada), conselheira do Conselho Nacional do Laicato do Brasil – região Centro-oeste (CNLB-CO), membro da Comissão Verificadora para o Recredenciamento da Universidade Estadual de Goiás, no CEE de Goiás.

Leia as entrevistas na íntegra:

CNE

Sociedade civil não deve intervir no Conselho de Educação, diz Edson Nunes

Conselho Nacional pensa as políticas públicas de educação com a comunidade, diz Clélia Brandão

CEE-SP

Conselho de Educação é sensível à realidade das escolas, diz Mauro de Salles Aguiar

Indicação do governador é bom critério para composição dos conselhos, diz Pedro Salomão Kassab

CME-SP

“O Conselho de Educação é técnico, não político”, defende José Augusto Dias

“A população pode alterar o Conselho”, diz Marcos Mendonça



Confira a composição completa dos Conselhos de Educação Nacional, Estadual de São Paulo e Municipal da capital paulista [aqui](#).

As comissões de educação dos órgãos legislativos das três esferas de governo também enfrentam a tensão entre os interesses públicos e privados e, da mesma forma, seus membros são desconhecidos da sociedade civil. Confira [aqui](#) a composição destes órgãos, e a trajetória de seus membros.

Boletim quinzenal produzido pelo Observatório da Educação

Contato: (11) 3151-2333, ramais 175 e 170

Equipe: [Mariângela Graciano](#) (coordenação), [Marina Gonzalez](#) e [Fernanda Campagnucci](#) (redação).

